



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Concurso Público
com publicação de anúncio no Jornal Oficial da União Europeia

n.º 34/CPI/DA/DCP/2024

**“ACORDO QUADRO PARA A AQUISIÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE
ELEMENTOS DE ÁGUA”**

PROGRAMA DO PROCEDIMENTO



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

DIREÇÃO MUNICIPAL DE FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE APROVISIONAMENTOS
DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Índice

Artigo 1.º - Identificação do CONCURSO	4
Artigo 2.º - Entidade adjudicante.....	5
Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar	5
Artigo 4.º - Consulta e disponibilização das peças do procedimento	5
Artigo 5.º - Esclarecimentos, retificações e alterações das peças do procedimento.....	6
Artigo 6.º - Visita aos ELEMENTOS DE ÁGUA	7
Artigo 7.º - Prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas	7
Artigo 8.º - Concorrentes.....	8
Artigo 9.º - Agrupamentos	8
Artigo 10.º - Documentos da proposta.....	8
Artigo 11.º - Modo de apresentação das propostas	10
Artigo 12.º - Propostas variantes	11
Artigo 13.º - Prazo para apresentação de propostas.....	11
Artigo 14.º - Abertura de propostas	11
Artigo 15.º - Critério de adjudicação	11
Artigo 16.º - Esclarecimentos e suprimientos das propostas	13
Artigo 17.º - Análise e avaliação das propostas, relatório preliminar, audiência prévia e relatório final.....	14
Artigo 18.º - Número de propostas a adjudicar	15
Artigo 19.º - Prazo de obrigação de manutenção das propostas	15
Artigo 20.º - Documentos de habilitação	15
Artigo 21.º - Caução	16
Artigo 22.º - Contratos do ACORDO QUADRO	16



Artigo 23.º - Impugnações administrativas	17
Artigo 24.º - Prevalência	17
Artigo 25.º - Despesas	17
Artigo 26.º - Informação sobre proteção de dados pessoais	17
Artigo 27.º - Legislação aplicável	18
Anexo 1 – Modelo de DEUCP.....	19
Anexo 2 – Lista dos preços unitários propostos.....	20
Anexo 3 – Modelos de fichas curriculares	21
Anexo 4 – Modelo de Declaração para a Identificação de Agrupamentos	26
Anexo 5 – Modelo de Avaliação das Propostas	27
Anexo 6 – Modelo de declaração	35
Anexo 7 – Modelo de Guia de Depósito Bancário.....	36
Anexo 8 – Modelo de Garantia Bancária.....	37
Anexo 9 – Modelo de Seguro Caução	39



PROGRAMA DO PROCEDIMENTO

Artigo 1.º - Identificação do CONCURSO

1. O presente procedimento designa-se “Concurso Público n.º 34/CPI/DA/DCP/24 - acordo quadro para a aquisição dos serviços de manutenção de elementos de água”, tendo por objeto a adjudicação de propostas para a celebração de um acordo quadro para a aquisição de serviços de manutenção de elementos de água no concelho de Lisboa.
2. A adjudicação é feita por lotes, lote 1 e lote 2, identificados no Anexo 1 do caderno de encargos. Podendo cada concorrente apresentar proposta para um único lote (1 ou 2) ou para ambos os lotes (1 e 2).
3. O ACORDO QUADRO celebrado entre a entidade adjudicante e o conjunto de adjudicatários do ACORDO QUADRO, visa disciplinar relações contratuais futuras a estabelecer durante a vigência do ACORDO QUADRO, mediante a fixação antecipada dos respetivos termos e condições no caderno de encargos, depois completados para cada CONTRATO pelos respetivos TERMOS COMPLEMENTARES.
4. Aplicam-se à formação do ACORDO QUADRO as definições e respetivos significados estabelecidos para a sua execução na Cláusula 1.ª do caderno de encargos, salvo se do contexto claramente resultar sentido diferente.
5. Tendo em conta a implementação da ISO 20400 no Município de Lisboa e atento ao facto de o Município prosseguir uma política de compras sustentáveis, o contrato a celebrar promoverá a sustentabilidade através da valoração de critérios ambientais e sociais, contribuindo em parte, para os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:
 - ODS 6 – Água Potável e Saneamento – Meta 4 (critério ambiental), decorrente do descrito na Cláusula 35ª e Anexo 9 do caderno de encargos;
 - ODS 8 - Trabalho Digno e Crescimento Económico - Meta 8 (critério social), decorrente do descrito nas Cláusulas 56ª, 57ª e 58ª do caderno de encargos;
 - ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis – Meta 6 (critério ambiental), decorrente do descrito na Cláusula 53ª do caderno de encargos;
 - ODS 12 – Produção e Consumo Sustentáveis, Meta 2 e 5 (critério ambiental), decorrente do descrito nas Cláusulas 35ª e 53ª e Anexo 9 do caderno de encargos;



Globalmente, tendo em consideração que estamos na presença de uma compra sustentável e que inclui o cumprimento do Código de Conduta dos Fornecedores do Município de Lisboa, o contrato contribuirá ainda para os seguintes Objetivos de Desenvolvimento Sustentável:

- ODS 8 - Trabalho Digno e Crescimento Económico (Meta 4, 7 e 8);
- ODS 12 – Produção e Consumo Sustentáveis (Meta 7);
- ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes (Metas 5 e 6);
- ODS 17 – Parcerias para a Implementação dos Objetivos (Meta 17).

Artigo 2.º - Entidade adjudicante

1. A Entidade adjudicante é o Município de Lisboa, pessoa coletiva n.º 500051070, Direção Municipal do Ambiente, Estrutura Verde, Clima e Energia/Departamento de Estrutura Verde, sito na Avenida Francisco Luís Gomes, nº 1, Porta 3, Bloco 4.7 - 1800-177, Lisboa, freguesia dos Olivais sendo o concurso realizado através da Direção Municipal de Finanças, Departamento de Aprovisionamentos, Divisão de Contratação Pública, sita no Edifício Central do Município, Campo Grande n.º 25, 9.º Piso, Bloco A, 1749-099 Lisboa, com o endereço de correio eletrónico: dmf.da.dcp@cm-lisboa.pt.
2. Nos termos do n.º 4 do artigo 257.º do CCP, para além da entidade adjudicante referida no n.º 1 também poderão aderir voluntariamente ao ACORDO QUADRO as juntas de freguesia do concelho de Lisboa e as empresas municipais de Lisboa que pretendam celebrar contratos de prestação de serviços de manutenção de elementos de água situados na sua área geográfica e cuja manutenção esteja integrada nas suas competências.

Artigo 3.º - Órgão que tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar foi tomada por deliberação da Câmara Municipal de Lisboa, datada de 9 de abril de 2025, exarada na Proposta n.º 165/2025, de acordo com as competências próprias conferidas pelas alíneas f) e dd) do n.º 1 do artigo 33.º da lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, nos termos da alínea b), do n.º 1, do artigo 18.º do decreto-lei n.º 197/99, de 8 de Junho.

Artigo 4.º - Consulta e disponibilização das peças do procedimento

1. O presente procedimento processa-se, integralmente, na plataforma eletrónica “*acinGov*”, utilizada pela entidade pública adjudicante, com o seguinte endereço <https://www.acingov.pt>, não sendo admissível qualquer tipo de intervenção por outro meio que não pela plataforma eletrónica.
2. Nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 32.º da lei n.º 96/2015, de 17/08, a entidade adjudicante e a empresa gestora da plataforma “*AcinGov*” apenas respondem pelos impedimentos de



ordem técnica no acesso à plataforma eletrónica que lhes sejam imputáveis, ao sistema em que a plataforma opera ou à própria plataforma.

3. O programa do procedimento e o caderno de encargos podem ser consultados na plataforma electrónica “AcinGov”, mencionado neste artigo.
4. As peças do procedimento estão integralmente disponíveis, para consulta e download, na plataforma electrónica “AcinGov” durante o período indicado no número anterior, de forma livre, completa e gratuita, nos termos do n.º 1 do artigo 133.º do CCP.
5. Os interessados deverão aceder ao endereço eletrónico <https://www.acingov.pt> e preencher o formulário de adesão.
6. Após o preenchimento do formulário de adesão, os interessados deverão remeter esse formulário, bem como os documentos nele identificados, para os Serviços da Plataforma Eletrónica “AcinGov”. A validação dos documentos é efetuada no prazo máximo de 72 horas úteis, após a receção dos documentos.
7. As dúvidas surgidas no preenchimento do referido formulário são esclarecidas pelo Serviço de Apoio ao Cliente, através do endereço eletrónico apoio@acingov.pt ou do contacto telefónico número 707451451.
8. Os interessados no procedimento apenas adquirem essa posição, nomeadamente para efeitos de comunicações e notificações relativas à fase de formação do contrato, após efetuarem o registo na plataforma electrónica “AcinGov”.
9. As peças do procedimento prevalecem sobre as indicações constantes da plataforma electrónica de contratação, em caso de divergência.

Artigo 5.º - Esclarecimentos, retificações e alterações das peças do procedimento

1. No primeiro terço (1/3) do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar, via plataforma eletrónica, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento e, no mesmo prazo e pela mesma via, devem apresentar uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados, nos termos dos n.ºs 2 a 4 do artigo 50.º do CCP.
2. Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento:
 - a) Aspetos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
 - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
 - c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que o interessado não considere exequíveis.
3. Até ao termo do segundo terço (2/3) do prazo fixado para a apresentação das propostas,



- a) O júri nomeado para efeitos do presente concurso deve prestar os esclarecimentos solicitados;
 - b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificadas pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites, devendo identificar os termos de suprimimento de cada um dos erros ou das omissões aceites.
4. Independentemente do disposto nos números anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar pode, oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento, bem como prestar esclarecimentos, no prazo previsto no número anterior ou até final do prazo de entrega das propostas, caso em que deve atender-se ao disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo seguinte.
 5. Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados são disponibilizados na plataforma eletrónica e juntos às peças do procedimento que se encontram patentes para consulta, sendo todos os interessados que as tenham obtido imediatamente notificados de tal facto.
 6. Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

Artigo 6.º - Visita aos ELEMENTOS DE ÁGUA

1. Aos locais de execução dos serviços em ELEMENTOS DE ÁGUA cujo acesso não é livre a ENTIDADE ADJUDICANTE promoverá através da ferramenta de comunicação da plataforma indicada no Artigo 4.º, as respetivas visitas durante o primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas.
2. Considera-se que os concorrentes tiveram acesso a todos os ELEMENTOS DE ÁGUA para efeitos da elaboração das suas propostas, quer através de visita aos ELEMENTOS DE ÁGUA de livre acesso, quer através de visita aos ELEMENTOS DE ÁGUA realizada nos termos do número anterior, sendo ainda da sua exclusiva responsabilidade a aferição *in loco* dos volumes de água, das medições das áreas a intervencionar e de todas e quaisquer informações que considerem relevantes.

Artigo 7.º - Prorrogação do prazo fixado para a apresentação de propostas

1. Quando as retificações ou os esclarecimentos previstos no artigo 5.º sejam comunicados para além do prazo estabelecido para o efeito, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao do atraso verificado.
2. Quando as retificações ou a aceitação de erros ou de omissões das peças do procedimento referidas no artigo 5.º, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas é prorrogado,



no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações ou à publicitação da decisão de aceitação de erros ou de omissões.

3. Para além das situações indicadas nos números anteriores, a pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha acedido às peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas pode ser prorrogado pelo período considerado adequado.
4. As decisões de prorrogação previstas nos números anteriores cabem ao órgão competente para a decisão de contratar, são juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados, publicando-se imediatamente aviso daquelas decisões no Diário da República e aproveitam a todos os interessados.

Artigo 8.º - Concorrentes

1. No presente procedimento são concorrentes as pessoas, singulares ou coletivas, isoladas ou em agrupamento, que apresentem uma proposta.
2. Não podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento, as entidades que se encontrem em alguma das situações previstas no artigo 55.º do CCP.

Artigo 9.º - Agrupamentos

1. Sem prejuízo do disposto no n.º 4, podem ser concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas, nos termos do disposto no artigo 54.º do CCP.
2. Ainda que entre os membros do agrupamento concorrente não exista, à data da apresentação da proposta, qualquer modalidade jurídica de associação, todos são solidariamente responsáveis, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta.
3. Os membros de um agrupamento concorrente não podem ser, simultaneamente, concorrentes no presente procedimento nem integrar outro agrupamento concorrente.
4. Em caso de adjudicação, todos os membros do agrupamento concorrente, e apenas estes, devem associar-se, antes da celebração do contrato, em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, atribuindo ao chefe de consórcio, mediante procuração, os poderes de representação a que se refere o n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28/07.

Artigo 10.º - Documentos da proposta

1. A proposta, declaração pela qual o concorrente manifesta a sua vontade de contratar e o modo pelo qual se dispõe a fazê-lo, deve ser constituída pelos seguintes documentos:



-
- a) Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP) - **Anexo 1** - disponível em www.base.gov.pt/deucp, devendo ser selecionadas as seguintes opções de preenchimento:
- i) “Sou um operador económico”;
 - ii) “Importar um DEUCP”;
 - iii) “Carregar documento” – Selecionar o ficheiro “espd-request.xml” disponibilizado pela Entidade Adjudicante, juntamente com as peças do procedimento, disponível na plataforma eletrónica AcinGov <https://www.acingov.pt>;
 - iv) Selecionar o país onde está localizada a sua empresa;
 - v) Preencher os campos solicitados pela entidade adjudicante;
 - vi) Guardar o documento, em formato PDF, devendo o mesmo ser assinado e enviado juntamente com os documentos da proposta.
- b) Documentos que contenham os atributos da proposta:
- i) Lista dos preços unitários propostos para a prestação dos serviços de manutenção, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo 2**, em formato do tipo xls ou xlsx.
(Os preços propostos para a prestação dos serviços de manutenção de ELEMENTOS DE ÁGUA irão constituir valores máximos dos preços unitários dos mesmos serviços propostos pelo concorrente nas CONSULTAS, conforme estipulado no caderno de encargos);
 - ii) Fichas curriculares dos principais meios humanos que constituem a equipa proposta, cujas funções e tarefas estão definidas no caderno de encargos, indicados no **Anexo 3** e elaboradas em conformidade com os modelos constantes do mesmo anexo.
2. Os preços indicados na proposta serão expressos em euros, por extenso e algarismos, e não incluirá o IVA, devendo o concorrente indicar a taxa legal aplicável; em caso de divergência, prevalece o preço indicado por extenso;
3. Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos.
4. Os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
5. Se aplicável, no caso de agrupamento de concorrentes, os documentos referidos no n.º 1 devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram, caso em que devem ser também apresentados os instrumentos de mandato, emitidos por cada uma das entidades que o compõem ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por cada um dos membros do agrupamento ou respetivos representantes.
-



6. No caso de agrupamento de concorrentes, a declaração referida na alínea a) do n.º 1 deve ser preenchida autonomamente por cada uma das entidades que integram o agrupamento.
7. Os documentos da proposta serão, obrigatoriamente, redigidos em português.

Artigo 11.º - Modo de apresentação das propostas

1. As propostas e os documentos que as constituem são apresentados através da plataforma eletrónica “AcinGov” até ao termo do prazo fixado no presente programa de procedimento.
2. As propostas, assim como todos os documentos submetidos na plataforma eletrónica “AcinGov”, devem ser assinados com recurso a certificados qualificados de assinatura eletrónica dos concorrentes ou dos seus representantes, nos termos do disposto no artigo 54.º da lei n.º 96/2015, de 17/08.
3. Nos documentos eletrónicos com ficheiros compactados em formato *zip* ou equivalente, a aposição de uma assinatura eletrónica qualificada deve ocorrer em cada um dos documentos eletrónicos que os constituem, assegurando-lhes nos termos da lei a força probatória de documento particular assinado, sob pena de causa de exclusão da proposta nos termos das disposições conjugadas dos artigos dos artigos 146.º e 57.º do CCP.
4. Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve a entidade interessada submeter na plataforma eletrónica um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e a assinatura do assinante.
5. Para efeitos de aferição dos poderes de representação que não resultem do certificado de assinatura eletrónica qualificada, os concorrentes inscritos em conservatória do registo comercial devem apresentar a certidão do registo comercial. A entrega do código de acesso à certidão permanente equivale, para todos os efeitos, à entrega de uma certidão do registo comercial.
6. Nos termos do disposto nos artigos 68.º a 70.º da lei n.º 96/2015, de 17/08, cabe ao concorrente codificar a proposta, apresentando a sua identificação, bem como preencher o formulário principal.
7. Quando algum documento se encontre disponível na internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do site onde aquele pode ser consultado, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos site e documento dele constante estejam redigidos em língua portuguesa.
8. Em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou autenticidade dos documentos que constituem a proposta, apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação pública “AcinGov” pode a entidade adjudicante exigir ao concorrente a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada.



Artigo 12.º - Propostas variantes

Não é admitida a apresentação de propostas variantes, nem a alteração e/ou derrogação de condições imperativas do caderno de encargos.

Artigo 13.º - Prazo para apresentação de propostas

1. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser apresentados, diretamente pelo concorrente ou seu representante através da plataforma eletrónica “AcinGov”, até às 23:59h do dia 24 de julho de 2025.
2. A receção das propostas é registada com referência à respetiva data e hora, sendo entregue aos concorrentes um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.
3. As propostas, uma vez recebidas, podem ser retiradas desde que tal vontade seja manifestamente expressa pelo concorrente à entidade adjudicante. A retirada da proposta não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro do prazo fixado.

Artigo 14.º - Abertura de propostas

1. O Júri, às 10 horas do dia útil imediato ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, procede à publicitação da lista de concorrentes na plataforma eletrónica “AcinGov”.
2. Mediante a atribuição de um login e de uma password aos concorrentes incluídos na lista, é facultada a consulta, diretamente na plataforma eletrónica, de todas as propostas apresentadas.
3. O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista, devendo para o efeito apresentar comprovativo da tempestiva apresentação da sua proposta.
4. Caso a reclamação prevista no número anterior seja deferida, mas não se encontre a proposta do reclamante, o júri do procedimento fixa-lhe um prazo para a apresentar, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto nos números 1 e 2 do presente artigo.

Artigo 15.º - Critério de adjudicação

1. A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa, determinada pela modalidade da melhor relação qualidade-preço, de acordo com o modelo de avaliação das propostas indicado no Anexo 5.
2. A um concorrente que apresente proposta para os dois lotes pode ser adjudicada proposta para qualquer dos lotes ou para os dois conjuntamente, em resultado da aplicação do modelo de avaliação em cada lote.



3. Para efeitos do ACORDO QUADRO e da avaliação das propostas, quando os preços unitários indicados no Anexo 2 sejam apresentados com mais do que as duas casas decimais solicitadas nos respetivos modelos, os valores apresentados pelos concorrentes são arredondados da seguinte forma:
 - a) Quando o valor da 3.^a casa decimal seja igual ou superior a 5, é feito o arredondamento para mais do valor da 2.^a decimal;
 - b) No caso contrário, mantém-se o valor apresentado na 2.^a casa decimal;
4. Em caso de empate entre duas ou mais propostas que se situam em lugar de adjudicação mas cuja adjudicação levaria a ultrapassar o limite indicado no Artigo 18.º, o desempate é obtido em função das pontuações parciais dessas propostas nos vários fatores e subseqüentes subfatores elementares, por ordem decrescente dos coeficientes de ponderação, sendo adjudicada(s) a(s) proposta(s) com melhor pontuação que as demais logo que num fator ou subfator não se verifiquem pontuações iguais.
5. Em caso de manutenção do empate entre duas ou mais propostas classificadas após a aplicação do critério de desempate indicado no número anterior, a adjudicação é feita em função de um sorteio realizado pelo júri na presença dos concorrentes cujas propostas ainda se encontrem empatadas:
 - a) Os concorrentes cujas propostas se encontram empatadas serão informados da data e do local de realização do sorteio através de notificação enviada em suporte eletrónico, não sendo a presença dos concorrentes no sorteio obrigatória, sendo que estes aceitam o resultado do sorteio realizado na sua ausência;
 - b) Caso nenhum dos concorrentes cujas propostas se encontram empatadas esteja presente no sorteio, o mesmo decorrerá 15 minutos após a hora marcada e na presença de duas testemunhas que assinarão a ata referida na alínea g);
 - c) Para a realização do sorteio, serão utilizados dois recipientes distintos:
 - i) Um primeiro recipiente com as designações dos concorrentes cujas propostas estão empatadas;
 - ii) Um segundo recipiente com indicação de todas as posições classificativas possíveis resultantes do sorteio;
 - d) Um membro do júri retira do primeiro recipiente uma designação de um concorrente e do segundo recipiente uma posição, sendo atribuída à proposta do concorrente sorteado a posição sorteada;
 - e) A operação indicada em d) é repetida até que ambos os recipientes se encontrem vazios;
 - f) Caso se verifique algum erro de aplicação das operações indicadas em b) a e) (p.e.: duplicação de designação de concorrente ou de posição classificativa), o resultado do sorteio ocorrido será anulado, sendo reiniciado imediatamente novo sorteio a partir da alínea c);
 - g) A sequência e o resultado do sorteio serão lavrados em ata do júri posteriormente enviada aos concorrentes cujas propostas se encontram empatadas.



Artigo 16.º - Esclarecimentos e suprimentos das propostas

1. O júri do procedimento pode pedir aos concorrentes os esclarecimentos sobre as propostas considerados necessários para efeitos de análise e avaliação das mesmas.
2. Os esclarecimentos prestados pelos concorrentes fazem parte integrante das respetivas propostas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão nos termos do disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP.
3. O júri pode solicitar aos concorrentes que, no prazo máximo de cinco dias, procedam ao suprimento das irregularidades das suas propostas causadas por preterição de formalidades não essenciais e que careçam de suprimento, incluindo a apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da proposta ou candidatura e desde que tal suprimento não afete a concorrência e a igualdade de tratamento.
 - a) A não apresentação ou a incorreta apresentação de documentos que se limitem a comprovar factos ou qualidades anteriores à data de apresentação da candidatura ou da proposta, incluindo as declarações dos anexos I e V ao Código de Contratação Pública ou o Documento Europeu Único de Contratação Pública;
 - b) A não junção de tradução em língua portuguesa de documentos apresentados em língua estrangeira;
 - c) A falta ou insuficiência da assinatura, incluindo a assinatura eletrónica, de quaisquer documentos que constituam a candidatura ou a proposta, as quais podem ser supridas através da junção de declaração de ratificação devidamente assinada e limitada aos documentos já submetidos.
4. O não suprimento pelo concorrente das irregularidades das propostas, referidas no número anterior, no prazo fixado para o efeito constitui contraordenação grave punível com coima, nos termos do disposto na alínea e) do artigo 457.º do CCP.
5. O júri procede à retificação oficiosa de erros de escrita ou de cálculo contidos nas propostas, desde que seja evidente para qualquer destinatário a existência do erro e os termos em que o mesmo deve ser corrigido.
6. Os pedidos do júri indicados neste artigo e as respetivas respostas serão disponibilizados na plataforma eletrónica “AcinGov”, devendo todos os concorrentes ser imediatamente notificados desse facto.



Artigo 17.º - Análise e avaliação das propostas, relatório preliminar, audiência prévia e relatório final

1. Após a análise das propostas e a sua avaliação em função do critério de adjudicação definido no presente programa de procedimento, o júri elabora fundamentadamente um relatório preliminar, no qual deve propor a respetiva ordenação para efeitos de adjudicação.
2. No relatório preliminar o júri deve também propor e fundamentar, se for o caso, a exclusão de qualquer proposta que preencha a previsão do n.º 2 ou do n.º 3 do artigo 146.º, bem como qualquer das causas de exclusão previstas no presente programa de procedimento ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 132.º, todos do CCP, designadamente propostas cuja análise revele qualquer uma das seguintes situações:
 - a) A não apresentação de um ou mais preços segundo o modelo do Anexo 2, exigido no termo da subalínea i) da alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º, para efeitos da alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP;
 - b) A não apresentação de informação que permita avaliar a experiência de todos os elementos da equipa, exigida nos termos da subalínea ii) da alínea b) do n.º 1 do artigo 10.º, para efeitos da alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP;
 - c) Que um ou mais preços unitários dos serviços de manutenção (apresentados segundo o modelo do Anexo 2, exigido nos termos da subalínea i) da alínea b) do n.º 1 do Artigo 10.º sejam superiores aos respetivos parâmetros base desses preços indicados no caderno de encargos, para efeitos da primeira parte da alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP;
 - d) Que a experiência de um ou mais elemento da equipa proposta, contada desde janeiro de 2022, seja inferior a 24 meses (conforme indicado na secção III, capítulo II, parte II do caderno de encargos), para efeitos da segunda parte da alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP;
 - e) A apresentação de proposta por concorrente que seja considerado, em conjunto com qualquer outro concorrente, uma única empresa nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 3.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, para efeitos da alínea g) do n.º 2 do artigo 70.º do CCP;
 - f) Que um ou mais documentos solicitados nas alíneas a) e b) do n.º 1 do Artigo 10º não sejam apresentados com as devidas assinaturas exigidas no artigo 9º, para efeitos das alíneas e) e l) do artigo 146.º do CCP;
3. Do relatório preliminar deve ainda constar referência aos esclarecimentos prestados pelos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 72.º do CCP.
4. O relatório preliminar é submetido a audiência prévia dos concorrentes por meio da plataforma eletrónica “AcinGov”, para se pronunciarem no prazo de cinco dias úteis.



5. Exercido o direito de audiência prévia referido no ponto anterior, ou decorrido o respetivo prazo sem que qualquer dos concorrentes se haja pronunciado, o júri elabora relatório final fundamentado no qual pondera as observações formuladas pelos concorrentes, caso existam, mantendo ou modificando o teor e as conclusões do relatório preliminar, podendo ainda propor a exclusão de qualquer proposta se verificar, nesta fase, a ocorrência de qualquer dos motivos previsto no n.º 2 do presente artigo.
6. No caso previsto na parte final do número anterior, bem como quando do relatório final resulte uma alteração da ordenação das propostas constante do relatório preliminar, o júri procede a nova audiência prévia, sendo subsequentemente aplicável o disposto no número anterior.
7. O relatório final, juntamente com os demais documentos que compõem o processo de concurso, é enviado ao órgão competente para a decisão de contratar.

Artigo 18.º - Número de propostas a adjudicar

O número de propostas a adjudicar é de sete por cada lote.

Artigo 19.º - Prazo de obrigação de manutenção das propostas

Os concorrentes são obrigados a manter as suas propostas durante um prazo de 120 dias úteis contado da data fixada no n.º 1 do Artigo 13.º, considerando-se aquele prazo prorrogado por igual período se, antes do seu termo, os concorrentes nada disserem em contrário.

Artigo 20.º - Documentos de habilitação

1. Os adjudicatários devem apresentar, no prazo de cinco dias úteis a contar da notificação da decisão de adjudicação, os seguintes documentos de habilitação:
 - a) Declaração referida na alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do CCP que, deve ser emitida conforme modelo constante do **Anexo 6** ao presente programa de procedimento, do qual faz parte integrante;
 - b) Documento comprovativo da regularização da situação contributiva para com a segurança social portuguesa, emitido pelo Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social;
 - c) Declaração comprovativa da situação tributária regularizada, emitida pela Autoridade Tributária e Aduaneira;
 - d) Certificados do registo criminal dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência da empresa, emitidos pela autoridade competente, para comprovação negativa das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;



- e) Certificado do registo criminal da empresa, emitido pela autoridade competente, para comprovação negativa das situações previstas nas alíneas b) e h) do artigo 55.º do CCP;
 - f) Certidão do registo comercial, com todas as inscrições em vigor, para identificação dos titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência que se encontrem em efetividade de funções;
 - g) Com os documentos de habilitação, o adjudicatário deve, ainda, caso se trate de uma sociedade comercial, apresentar o comprovativo de registo de beneficiário efetivo, nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 36.º e 37.º do Regime Jurídico do Registo Central do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017, de 21/08.
2. Quando os documentos a que se faz referência no presente artigo se encontrem disponíveis na internet, o adjudicatário pode, em sua substituição, indicar o código e endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, conforme previsto no artigo 5.º da Portaria n.º 372/2017, de 14 de dezembro.
 3. Para a supressão de irregularidades detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 86.º do CCP, o COCONTRATANTE tem o prazo adicional de três dias para apresentar os novos documentos.

Artigo 21.º - Caução

1. Conjuntamente com a decisão de adjudicação, o órgão que tomou a decisão de contratar notifica os adjudicatários do ACORDO QUADRO para estes prestarem cauções no valor de 12.700 € (adjudicação de proposta para o lote 1) ou 8.100 € (lote 2), ou ambas no caso de adjudicação de propostas em ambos os lotes, nos termos do artigo 254.º do CCP.
2. A caução deve ser prestada de acordo com o artigo 90.º do CCP e com os modelos constantes do Anexo 7 (modelo de guia de depósito bancário), Anexo 8 (modelo de garantia bancária) ou Anexo 9 (modelo de seguro-caução).

Artigo 22.º - Contratos do ACORDO QUADRO

Os contratos do ACORDO QUADRO serão reduzidos a escrito e celebrados por cada um dos CONTRAENTES PÚBLICOS, no prazo máximo de trinta dias úteis após a aceitação da minuta pelo adjudicatário, sem prejuízo do indicado no artigo 104.º do CCP.



Artigo 23.º - Impugnações administrativas

Eventuais impugnações administrativas das decisões relativas à formação dos contratos públicos – decisões administrativas ou peças de procedimento - devem ser apresentadas através da plataforma eletrónica “AcinGov”.

Artigo 24.º - Prevalência

As normas do procedimento prevalecem sobre quaisquer indicações constantes dos anúncios com elas desconformes.

Artigo 25.º - Despesas

Todas as despesas inerentes à elaboração e apresentação de propostas, bem como todas as despesas relacionadas com a celebração do ACORDO QUADRO, constituem encargo dos concorrentes e dos adjudicatários do ACORDO QUADRO, conforme o caso.

Artigo 26.º - Informação sobre proteção de dados pessoais

1. Nos termos do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (RGPD), o Município de Lisboa é o responsável pelo tratamento dos dados pessoais no âmbito do presente procedimento pré-contratual, relativamente aos dados referidos no número seguinte.
2. Os dados pessoais contidos nas propostas, nos documentos que as acompanhem e, bem assim, nas respostas aos pedidos de esclarecimentos, pronúncias e documentos de habilitação, entre outros não expressamente previstos neste artigo, apresentados ao abrigo do presente procedimento, cuja obrigação decorre diretamente do Código dos Contratos Públicos, serão tratados nos termos permitidos por lei e no âmbito de finalidades relacionadas com a tramitação do procedimento, sendo a Entidade Adjudicante alheia ao tratamento que lhes é dado pelos restantes operadores económicos participantes.
3. A Entidade Adjudicante poderá transmitir os dados pessoais a que se refere o presente artigo aos seus colaboradores, prestadores de serviços e subcontratantes para o cumprimento das finalidades acima referidas e, bem assim, a autoridades judiciais, fiscais, regulatórias ou outras para o cumprimento de imposições legais ou regulamentares.
4. Todos os dados pessoais constantes da proposta apresentada são exatos e atualizados e, quando detidos por titulares de dados pessoais diversos da entidade subscritora da proposta, considera-se que esta entidade se encontra legitimada a transmiti-los ao Município de Lisboa, nos termos previstos no RGPD.



5. De acordo com a Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, os dados pessoais são conservados pelo prazo de 10 anos, contados a partir o encerramento do procedimento pré-contratual, salvo se, sendo necessários para comprovar o cumprimento de obrigações contratuais ou de outra natureza, conforme estabelece o n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 58/2019, de 08/08, enquanto não decorrer o prazo de prescrição dos direitos correspondentes.
6. Os titulares têm os seguintes direitos sobre os dados pessoais que lhes digam respeito:
 - a) A exercer perante o Município de Lisboa: direito de informação; direito de acesso; direito de retificação dos dados inexatos; direito ao apagamento; direito à limitação do tratamento; direito de portabilidade dos dados; direito de oposição ao tratamento; direito a não ficar sujeito a decisões exclusivamente automatizadas, incluindo a definição de perfis; nas situações de consentimento, direito de retirar consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado;
 - b) A exercer perante o Encarregado de Proteção de Dados (através do email dpo@cm-lisboa.pt ou por carta para Campo Grande, 25, Bloco E, 2º Piso, 1749-099 Lisboa): direito de apresentar exposições;
 - c) A exercer perante a autoridade de controlo (nomeadamente, Comissão Nacional de Proteção de Dados): direito de apresentar reclamação;
 - d) A exercer perante as instâncias jurisdicionais competentes: direito a ação judicial e a indemnização no caso de violação dos seus direitos.
7. Exceto quando diversamente estipulado, os termos utilizados em maiúsculas no presente artigo terão o significado que lhes é atribuído no artigo 4.º do RGPD.

Artigo 27.º - Legislação aplicável

Em tudo o que não se encontre especialmente regulado no presente programa de procedimento, aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo decreto-lei n.º 18/2008, de 29/01, na sua redação atual e demais legislação aplicável.



Anexo 1 – Modelo de DEUCP

Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP/ESPD) –

[a que se refere o n.º 6 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos]

Ficheiro eletrónico pré-preenchido disponibilizado na plataforma eletrónica.



Anexo 2 – Lista dos preços unitários propostos
(fornecido em ficheiro separado)



Anexo 3 – Modelos de fichas curriculares



FICHA EM – ENGENHEIRO MECÂNICO (proposta para os lotes 1 e 2)

NOME	
------	--

Experiência como engenheiro mecânico (*desempenhando uma ou mais atividades referidas da cláusula 64.º do caderno de encargos*) em serviços de manutenção de elementos de água finalizados ou em curso entre janeiro de 2022 (inclusive) e o mês da entrega da proposta (inclusive, contando como mês inteiro):

Descrição do serviço	Designação do cliente	Local	Mês de início da prestação de serviços	Mês de fim da prestação de serviços (indicar em curso se for o caso)	Total de meses (contar apenas a partir de janeiro de 2022 e até ao mês de entrega da proposta)
Total de meses*:					

(*) Não contar a experiência sobreposta, ou seja: um mês é apenas contado uma vez, mesmo se tenha verificado a realização de mais do que uma prestação de serviço nesse mês

FICHA ET – ENGENHEIRO ELETROTÉCNICO (proposta para os lotes 1 e 2)

NOME	
------	--

Experiência como engenheiro eletrotécnico (*desempenhando uma ou mais atividades referidas da cláusula 64.º do caderno de encargos*) em serviços de manutenção de elementos de água finalizados ou em curso entre janeiro de 2022 (inclusive) e o mês da entrega da proposta (inclusive, contando como mês inteiro):

Descrição do serviço	Designação do cliente	Local	Mês de início da prestação de serviços	Mês de fim da prestação de serviços (indicar em curso se for o caso)	Total de meses (contar apenas a partir de janeiro de 2022 e até ao mês de entrega da proposta)
Total de meses*:					

(*) Não contar a experiência sobreposta, ou seja: um mês é apenas contado uma vez, mesmo se tenha verificado a realização de mais do que uma prestação de serviço nesse mês



FICHA E1 – ENCARREGADO N.º 1 (proposta para o lote 1)

NOME	
------	--

Experiência como encarregado (*desempenhando uma ou mais atividades referidas da cláusula 64.º do caderno de encargos*) em serviços de manutenção de elementos de água finalizados ou em curso entre janeiro de 2020 (inclusive) e o mês da entrega da proposta (inclusive, contando como mês inteiro):

Descrição do serviço	Designação do cliente	Local	Mês de início da prestação de serviços	Mês de fim da prestação de serviços (indicar em curso se for o caso)	Total de meses (contar apenas a partir de janeiro de 2020 e até ao mês de entrega da proposta)
Total de meses*:					

(*) Não contar a experiência sobreposta, ou seja: um mês é apenas contado uma vez, mesmo se tenha verificado a realização de mais do que uma prestação de serviço nesse mês

FICHA E2 – ENCARREGADO N.º 2 (proposta para o lote 2)

NOME	
------	--

Experiência como encarregado (*desempenhando uma ou mais atividades referidas da cláusula 64.º do caderno de encargos*) em serviços de manutenção de elementos de água finalizados ou em curso entre janeiro de 2020 (inclusive) e o mês da entrega da proposta (inclusive, contando como mês inteiro):

Descrição do serviço	Designação do cliente	Local	Mês de início da prestação de serviços	Mês de fim da prestação de serviços (indicar em curso se for o caso)	Total de meses (contar apenas a partir de janeiro de 2020 e até ao mês de entrega da proposta)
Total de meses*:					

(*) Não contar a experiência sobreposta, ou seja: um mês é apenas contado uma vez, mesmo se tenha verificado a realização de mais do que uma prestação de serviço nesse mês



FICHA OE1 – OFICIAL ELETROMECHANICO N.º 1 (proposta para o lote 1)

NOME	
------	--

Experiência como oficial eletromecânico (*desempenhando uma ou mais atividades referidas da cláusula 64.º do caderno de encargos*) em serviços de manutenção de elementos de água finalizados ou em curso entre janeiro de 2020 inclusive) e o mês da entrega da proposta (inclusive, contando como mês inteiro):

Descrição do serviço	Designação do cliente	Local	Mês de início da prestação de serviços	Mês de fim da prestação de serviços (indicar em curso se for o caso)	Total de meses (contar apenas a partir de janeiro de 2020 e até ao mês de entrega da proposta)
Total de meses*:					

(*) Não contar a experiência sobreposta, ou seja: um mês é apenas contado uma vez, mesmo se tenha verificado a realização de mais do que uma prestação de serviço nesse mês

FICHA OE2 – OFICIAL ELETROMECHANICO N.º 2 (proposta para o lote 2)

NOME	
------	--

Experiência como oficial eletromecânico (*desempenhando uma ou mais atividades referidas da cláusula 64.º do caderno de encargos*) em serviços de manutenção de elementos de água finalizados ou em curso entre janeiro de 2020 (inclusive) e o mês da entrega da proposta (inclusive, contando como mês inteiro):

Descrição do serviço	Designação do cliente	Local	Mês de início da prestação de serviços	Mês de fim da prestação de serviços (indicar em curso se for o caso)	Total de meses (contar apenas a partir de janeiro de 2020 e até ao mês de entrega da proposta)
Total de meses*:					

(*) Não contar a experiência sobreposta, ou seja: um mês é apenas contado uma vez, mesmo se tenha verificado a realização de mais do que uma prestação de serviço nesse mês



FICHA AM1 – AUXILIAR DE MANUTENÇÃO N.º 1 (proposta para o lote 1)

NOME	
------	--

Experiência como auxiliar de manutenção (*desempenhando uma ou mais atividades referidas da cláusula 64.º do caderno de encargos*) em serviços de manutenção de elementos de água finalizados ou em curso entre janeiro de 2022 (inclusive) e o mês da entrega da proposta (inclusive, contando como mês inteiro):

Descrição do serviço	Designação do cliente	Local	Mês de início da prestação de serviços	Mês de fim da prestação de serviços (indicar em curso se for o caso)	Total de meses (contar apenas a partir de janeiro de 2022 e até ao mês de entrega da proposta)
Total de meses*:					

(*) Não contar a experiência sobreposta, ou seja: um mês é apenas contado uma vez, mesmo se tenha verificado a realização de mais do que uma prestação de serviço nesse mês

FICHA AM2 – AUXILIAR DE MANUTENÇÃO N.º 2 (proposta para o lote 2)

NOME	
------	--

Experiência como auxiliar de manutenção (*desempenhando uma ou mais atividades referidas da cláusula 64.º do caderno de encargos*) em serviços de manutenção de elementos de água finalizados ou em curso entre janeiro de 2022 (inclusive) e o mês da entrega da proposta (inclusive, contando como mês inteiro):

Descrição do serviço	Designação do cliente	Local	Mês de início da prestação de serviços	Mês de fim da prestação de serviços (indicar em curso se for o caso)	Total de meses (contar apenas a partir de janeiro de 2022 e até ao mês de entrega da proposta)
Total de meses*:					

(*) Não contar a experiência sobreposta, ou seja: um mês é apenas contado uma vez, mesmo se tenha verificado a realização de mais do que uma prestação de serviço nesse mês



Anexo 4 – Modelo de Declaração para a Identificação de Agrupamentos

_____ (*Identificação dos representantes legais do concorrente*), titulares dos bilhetes de identidade / cartão(ões) de cidadão n.ºs _____, na qualidade de representantes legais de _____ (*designações das entidades constituintes do agrupamento*), tendo tomado perfeito conhecimento das peças do “Concurso Público [*referência*] do Acordo Quadro para a Aquisição dos Serviços de Manutenção de Elementos de Água”, declaram sob compromisso de honra que, em caso de adjudicação, se constituirão em consórcio externo em regime de responsabilidade solidária e que o agrupamento concorrente é composto pelos seguintes membros:

Designação da entidade	NIF

Declaram ainda que se assumem solidariamente responsáveis pelo perfeito e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas no âmbito do presente procedimento, designadamente com a apresentação da respetiva proposta.



Anexo 5 – Modelo de Avaliação das Propostas

1. Objeto

O presente modelo de avaliação das propostas insere-se no âmbito do artigo 139.º do CCP e visa a avaliação das propostas do “Concurso Público 34/CPI/DA/DCP/2024 do Acordo Quadro para a Aquisição dos Serviços de Manutenção de Elementos de Água” em cada um dos lotes.

2. Fatores que densificam o critério de adjudicação

As propostas são avaliadas para cada um dos lotes tendo em conta os seguintes fatores e subfatores elementares e respetivos coeficientes de ponderação:

- a) Preço: 0,70
- b) Experiência da equipa a afetar à execução dos CONTRATOS, que inclui os seguintes subfatores elementares:
 - b1) Engenheiro mecânico 0,06
 - b2) Engenheiro eletrotécnico 0,05
 - b3) Encarregado 0,10
 - b4) Oficial eletromecânico 0,05
 - b5) Auxiliar de manutenção 0,04

3. Modelo de avaliação parcial das propostas segundo o fator A (preço) – LOTE 1

Para o fator elementar em análise, o processo de avaliação parcial das propostas no lote 1 consistirá nos seguintes passos:

- a) Cálculo do indicador de desempenho, segundo este fator, designado “indicador do preço” de cada proposta p , através da seguinte expressão:

$$\begin{aligned} \text{Indicador_do_preço}(p) &= \sum_{SIG}^N \left[\sum_{item=1}^6 (\text{preço unitário}_{item.SIG}(p) \times Q_{item.SIG}) \right] \\ &+ 6 \times [p.u.boia(p) + p.u.contador(p)] \\ &+ 1800 \times \sum_{RH=1}^{12} (\text{preço horário}_{RH}(p)) \end{aligned}$$



Em que:

- *SIG* representa a identificação de um ELEMENTO DE ÁGUA do lote 1, num total de *N*, conforme apresentado no modelo do Anexo 1 do caderno de encargos e do Anexo 2 do programa de procedimento;
 - *Item* representa cada um dos serviços associados aos ELEMENTOS DE ÁGUA do lote 1 objeto do ACORDO QUADRO indicados no Anexo 2 do programa de procedimento (e no Anexo 1 do caderno de encargos), correspondentes a 6 itens de serviços (1, 2, 3, 4, 5 e 6) por cada ELEMENTO DE ÁGUA;
 - *Preço unitário_{item.SIG}(p)* é o preço unitário da proposta *p* para a prestação do item de serviços de manutenção *item* no ELEMENTO DE ÁGUA *SIG*, apresentado na proposta *p* nos termos do modelo do Anexo 2;
 - *Q_{item.SIG}* é a quantidade estimada associada ao item de serviços *item* do ELEMENTO DE ÁGUA *SIG*, indicada no Anexo 1 do caderno de encargos;
 - *p.u.boia(p)* é o preço unitário da proposta *p* para o fornecimento de uma boia , apresentado na proposta *p* nos termos do modelo do Anexo 2;
 - *p.u.contador(p)* é o preço unitário da proposta *p* para o fornecimento de um contador, apresentado na proposta *p* nos termos do modelo do Anexo 2;
 - *Preço horário_{RH}* é o preço unitário (horário) da proposta *p* para o recurso humano (*RH*) apresentado na proposta *p* nos termos do modelo do Anexo 2.
- b) Para o fator de apreciação *A*, a pontuação parcial de uma proposta *p*, *PPA(p)*, é obtida através da seguinte expressão matemática, função do “indicador do preço” da proposta *p*, expresso em euros:

Se o indicador_do_preço(p) for superior a $0,8 \times 12.701.040,33 \text{ €}$ então:

$$PP_A(p) = 100 \times \frac{(12.701.040,33\text{€} - \text{indicador do preço}(p))}{0,2 \times 12.701.040,33\text{€}}$$

Se o indicador do preço(p) for inferior ou igual a $0,8 \times 12.701.040,33 \text{ €}$ então:

$$PP_A(p) = 100 + 10 \times \frac{(0,8 \times 12.701.040,33\text{€} - \text{indicador do preço}(p))}{0,2 \times 12.701.040,33\text{€}}$$



4. Modelo de avaliação parcial das propostas segundo o fator A (preço) – LOTE 2

Para o fator elementar em análise, o processo de avaliação parcial das propostas no lote 2 consistirá nos seguintes passos:

- c) Cálculo do indicador de desempenho, segundo este fator, designado “indicador do preço” de cada proposta p , através da seguinte expressão:

$$\begin{aligned} \text{Indicador_do_preço}(p) &= \sum_{SIG}^N \left[\sum_{item=1}^6 (\text{preço unitário}_{item.SIG}(p) \times Q_{item.SIG}) \right] \\ &+ 4 \times [p.u.boia(p) + p.u.contador(p)] \\ &+ 1200 \times \sum_{RH=1}^{12} (\text{preço horário}_{RH}(p)) \end{aligned}$$

Em que:

- SIG representa a identificação de um ELEMENTO DE ÁGUA do lote 2, num total de N , conforme apresentado no modelo do Anexo 1 do caderno de encargos e do Anexo 2 do programa de procedimento;
- $Item$ representa cada um dos serviços associados aos ELEMENTOS DE ÁGUA do lote 2 objeto do ACORDO QUADRO indicados no Anexo 2 do programa de procedimento (e no Anexo 1 do caderno de encargos), correspondentes a 6 itens de serviços (1, 2, 3, 4, 5 e 6) por cada ELEMENTO DE ÁGUA;
- $\text{Preço unitário}_{item.SIG}(p)$ é o preço unitário da proposta p para a prestação do item de serviços de manutenção $item$ no ELEMENTO DE ÁGUA SIG , apresentado na proposta p nos termos do modelo do Anexo 2;
- $Q_{item.SIG}$ é a quantidade estimada associada ao item de serviços $item$ do ELEMENTO DE ÁGUA SIG , indicada no Anexo 1 do caderno de encargos;
- $p.u.boia(p)$ é o preço unitário da proposta p para o fornecimento de uma boia, apresentado na proposta p nos termos do modelo do Anexo 2;
- $p.u.contador(p)$ é o preço unitário da proposta p para o fornecimento de um contador, apresentado na proposta p nos termos do modelo do Anexo 2;
- $\text{Preço horário}_{RH}$ é o preço unitário (horário) da proposta p para o recurso humano (RH) apresentado na proposta p nos termos do modelo do Anexo 2.



- d) Para o fator de apreciação A, a pontuação parcial de uma proposta p , $PP_A(p)$, é obtida através da seguinte expressão matemática, função do “indicador do preço” da proposta p , expresso em euros:

Se o indicador_do_preço(p) for superior a $0,8 \times 8.104.853,71 \text{ €}$ então:

$$PP_A(p) = 100 \times \frac{(8.104.853,71\text{€} - \text{indicador do preço}(p))}{0,2 \times 8.104.853,71\text{€}}$$

Se o indicador do preço(p) for inferior ou igual a $0,8 \times 8.104.853,71 \text{ €}$ então:

$$PP_A(p) = 100 + 10 \times \frac{(0,8 \times 8.104.853,71\text{€} - \text{indicador do preço}(p))}{0,2 \times 8.104.853,71\text{€}}$$

5. Modelo de avaliação parcial das propostas segundo o subfator B1 (Experiência associada a elementos de água do engenheiro mecânico) – LOTES 1 E 2

Para o subfator elementar em análise, o processo de avaliação parcial das propostas consistirá nos seguintes passos:

- Análise técnica dos elementos curriculares do engenheiro mecânico proposto pelo concorrente na sua proposta elaborada nos termos do Artigo 10.º (ficha EM do engenheiro mecânico do anexo 3).
- Cálculo do indicador $N_{B1}(p)$ - "*Número de meses de experiência na manutenção de elementos de água (contando a soma da duração de cada contrato de prestação de serviços apresentado, não contando experiência sobreposta, ou seja: um mês é apenas contado uma vez, mesmo se se tenha verificado a realização de mais do que uma prestação de serviço nesse mês), desempenhando atividades de engenheiro mecânico (segundo entendimento da cláusula 64.º do caderno de encargos), entre janeiro de 2022 (inclusive) e o mês de entrega da proposta (inclusive)*".
- Cálculo da pontuação parcial de cada proposta p , $PP_{B1}(p)$, com base no indicador $N_{B1}(p)$ através da expressão matemática seguinte:

i. Se $N_{B1}(p) \geq 60$, então $PP_{B1}(p) = 100$

Se $60 > N_{B1}(p) \geq 24$, então $PP_{B1}(p) = \frac{(N_{B1}(p)-24)}{36} \times 100$

Nota: conforme indicado na Cláusula 56.ª do caderno de encargos, a experiência mínima é de 24 meses desde janeiro de 2022, sob pena de exclusão da proposta.



6. Modelo de avaliação parcial das propostas segundo o subfator B2 (Experiência associada a elementos de água do engenheiro eletrotécnico) – LOTES 1 E 2

Para o subfator elementar em análise, o processo de avaliação parcial das propostas consistirá nos seguintes passos:

- a) Análise técnica dos elementos curriculares do engenheiro eletrotécnico proposto pelo concorrente na sua proposta elaborada nos termos do Artigo 10.º (ficha ET do engenheiro eletrotécnico do anexo 3).
- b) Cálculo do indicador $N_{B2}(p)$ - "*Número de meses de experiência na manutenção de elementos de água (contando a soma da duração de cada contrato de prestação de serviços apresentado, não contando experiência sobreposta, ou seja: um mês é apenas contado uma vez, mesmo se se tenha verificado a realização de mais do que uma prestação de serviço nesse mês), desempenhando atividades de engenheiro eletrotécnico (segundo entendimento da cláusula 64.º do caderno de encargos), entre janeiro de 2022 (inclusive) e o mês de entrega da proposta (inclusive)*".
- c) Cálculo da pontuação parcial de cada proposta p , $PP_{B2}(p)$, com base no indicador $N_{B2}(p)$ através da expressão matemática seguinte:

i. Se $N_{B2}(p) \geq 60$, então $PP_{B2}(p) = 100$

ii. Se $60 > N_{B2}(p) \geq 24$,

$$\text{então } PP_{B2}(p) = \frac{(N_{B2}(p) - 24)}{36} \times 100$$

Nota: conforme indicado na Cláusula 56.ª do caderno de encargos, a experiência mínima é de 24 meses desde janeiro de 2022, sob pena de exclusão da proposta.

7. Modelo de avaliação parcial das propostas segundo o subfator B3 (Experiência associada a elementos de água do encarregado) – LOTES 1 E 2

Para o subfator elementar em análise, o processo de avaliação parcial das propostas consistirá nos seguintes passos:

- a) Análise técnica dos elementos curriculares do 1.º encarregado proposto pelo concorrente na sua proposta elaborada nos termos do Artigo 10.º, utilizando-se os dados dos encarregados apresentados segundo a ficha E1 do anexo 3 para o lote 1 e da ficha E2 do anexo 3 para o lote 2.



- b) Cálculo do indicador $N_{B3}(p)$: "*Número de meses de experiência na manutenção de elementos de água (contando a soma da duração de cada contrato de prestação de serviços apresentado, não contando experiência sobreposta, ou seja: um mês é apenas contado uma vez, mesmo se se tenha verificado a realização de mais do que uma prestação de serviço nesse mês), desempenhando atividades de encarregado (segundo entendimento da cláusula 64.º do caderno de encargos), entre janeiro de 2020 (inclusive) e o mês de entrega da proposta (inclusive)*".
- c) Cálculo da pontuação parcial de cada proposta p , $PP_{B3}(p)$, com base no indicador $N_{B3}(p)$ através da expressão matemática seguinte:

i. Se $N_{B3}(p) \geq 60$, então $PP_{B3}(p) = 100$

ii. Se $60 > N_{B3}(p) \geq 24$,

$$\text{então } PP_{B3}(p) = \frac{(N_{B3}(p) - 24)}{36} \times 100$$

Nota: conforme indicado na Cláusula 56.ª do caderno de encargos, a experiência mínima é de 24 meses desde janeiro de 2020, sob pena de exclusão da proposta.

8. Modelo de avaliação parcial das propostas segundo o subfator B4 (Experiência associada a elementos de água do oficial eletromecânico) – LOTES 1 E 2

Para o subfator elementar em análise, o processo de avaliação parcial das propostas consistirá nos seguintes passos:

- a) Análise técnica dos elementos curriculares do 1.º oficial eletromecânico proposto pelo concorrente na sua proposta elaborada nos termos do Artigo 10.º, utilizando-se os dados dos oficiais eletromecânicos apresentados segundo a ficha OE1 do anexo 3 para o lote 1 e da ficha OE2 do anexo 3 para o lote 2.
- b) Cálculo do indicador $N_{B4}(p)$: "*Número de meses de experiência na manutenção de elementos de água (contando a soma da duração de cada contrato de prestação de serviços apresentado, não contando experiência sobreposta, ou seja: um mês é apenas contado uma vez, mesmo se se tenha verificado a realização de mais do que uma prestação de serviço nesse mês), desempenhando atividades de oficial eletromecânico (segundo entendimento da cláusula 64.º do caderno de encargos), entre janeiro de 2020 (inclusive) e o mês de entrega da proposta (inclusive)*".



- c) Cálculo da pontuação parcial de cada proposta p , $PP_{B5}(p)$, com base no indicador $N_{B5}(p)$ através da expressão matemática seguinte:

i. Se $N_{B4}(p) \geq 60$, então $PP_{B4}(p) = 100$

ii. Se $60 > N_{B4}(p) \geq 24$,

$$\text{então } PP_{B4}(p) = \frac{(N_{B4}(p) - 24)}{36} \times 100$$

Nota: conforme indicado na Cláusula 56.^a do caderno de encargos, a experiência mínima é de 24 meses desde janeiro de 2020, sob pena de exclusão da proposta.

9. Modelo de avaliação parcial das propostas segundo o subfator B5 (Experiência associada a elementos de água do auxiliar de manutenção) – LOTES 1 E 2

Para o subfator elementar em análise, o processo de avaliação parcial das propostas consistirá nos seguintes passos:

- a) Análise técnica dos elementos curriculares do 1.º auxiliar de manutenção proposto pelo concorrente na sua proposta elaborada nos termos do Artigo 10.º, utilizando-se os dados dos auxiliares de manutenção apresentados segundo a ficha AM1 do anexo 3 para o lote 1 e da ficha AM2 do anexo 3 para o lote 2.
- b) Cálculo do indicador $N_{B5}(p)$: *"Número de meses de experiência na manutenção de elementos de água (contando a soma da duração de cada contrato de prestação de serviços apresentado, não contando experiência sobreposta, ou seja: um mês é apenas contado uma vez, mesmo se se tenha verificado a realização de mais do que uma prestação de serviço nesse mês), desempenhando atividades de auxiliar de manutenção (segundo entendimento da cláusula 64.º do caderno de encargos), entre janeiro de 2022 (inclusive) e o mês de entrega da proposta (inclusive) "*
- c) Cálculo da pontuação parcial de cada proposta p , $PP_{B7}(p)$, com base no indicador $N_{B7}(p)$ através da expressão matemática seguinte:

i. Se $N_{B5}(p) \geq 60$, então $PP_{B5}(p) = 100$

ii. Se $60 > N_{B5}(p) \geq 24$,

$$\text{então } PP_{B5}(p) = \frac{(N_{B5}(p) - 24)}{36} \times 100$$

Nota: conforme indicado na Cláusula 56.^a do caderno de encargos, a experiência mínima é de 24 meses desde janeiro de 2022, sob pena de exclusão da proposta.



10. Modelo de avaliação global e ordenação final das propostas

A aplicação de um modelo aditivo simples de agregação das pontuações parciais das propostas segundo os diversos fatores ou subfatores elementares, tendo em conta os respetivos coeficientes de ponderação, definidos no ponto 2, resultará na determinação da pontuação global $PG_{LOTE\ j}(p)$ de cada proposta p em cada lote j através da seguinte fórmula:

$$PG_{LOTE\ j}(p) = \sum_{i=A}^{B5} k_i \times PP_{i,j}(p)$$

Em que:

- i. $PP_{i,j}(p)$ é a pontuação parcial em cada lote j que expressa numericamente a pontuação da proposta p em termos do fator ou subfator elementar i ($i = A, B1$ a $B5$), conforme modelos parciais de avaliação descritos nos números anteriores;
- ii. k_i é o coeficiente de ponderação do fator ou subfator elementar i ($i = A, B1$ a $B5$) definido no ponto 2.



Anexo 6 – Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos]

1 - (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de ... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (5)].

(RETIRAR AQUANDO DO PREENCHIMENTO)

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as indicações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º do CCP.



Anexo 7 – Modelo de Guia de Depósito Bancário

O depósito em dinheiro efetuar-se-á no _____ (*Banco*), à ordem do Município de Lisboa, mediante guia do seguinte modelo:

Guia de Depósito Euros _____, __ €

Vai _____ (*nome do adjudicatário*), com sede em _____ (*morada*), depositar na _____ (*sede, filial, agência ou delegação*) do _____ (*Banco*) a quantia de 18.000,00 € em dinheiro, como caução exigida no âmbito do “Concurso Público [*referência*] do Acordo Quadro para a Aquisição dos Serviços de Manutenção de Elementos de Água”, nos termos do Programa do Procedimento. Este depósito, sem reservas, fica à ordem do Município de Lisboa, a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Local, Data

Assinaturas (*Reconhecidas na qualidade*).



Anexo 8 – Modelo de Garantia Bancária

Em nome e a pedido de _____ (*adjudicatário*), com sede em _____, pessoa coletiva n.º _____, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de _____ sob o n.º _____, com o capital social de _____, vem o banco _____, com sede em _____, com capital social de _____, registado na Conservatória do Registo Comercial de _____, sob o n.º ____ de ____/____/____, declarar prestar a favor do Município de Lisboa., com sede na Praça do Município, em Lisboa, uma garantia bancária autónoma, irrevogável e à primeira solicitação, no valor de 18.000,00 €, correspondente à caução prevista no programa do procedimento e caderno de encargos do acordo quadro designado “Concurso Público [*referência*] do Acordo Quadro para a Aquisição dos Serviços de Manutenção de Elementos de Água”, destinada a garantir o bom e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações emergentes do contrato celebrado na sequência daquele procedimento.

Assim, por força desta garantia, obriga-se este banco a pagar à primeira solicitação do Município de Lisboa, sem interferência da garantida e observando o montante acima estabelecido sem que o Município de Lisboa, tenha de justificar o pedido e sem que o banco possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato acima identificado ou com o cumprimento das obrigações que a garantida assume com a celebração do contrato, as importâncias que o Município de Lisboa lhe solicite, sendo-lhe vedado deixar de o fazer sob qualquer pretexto ou fundamento, bem como a responder, respeitando o mesmo montante, pelas despesas decorrentes da medida judicial a que aquela entidade porventura se veja obrigada a recorrer para demandar a observância dos seus direitos.

O banco deve pagar as quantias solicitadas pelo Município de Lisboa, no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor durante a vigência do acordo quadro, nos termos do contrato e da legislação aplicável.



Assegura o banco, outrossim, que o compromisso aqui assumido satisfaz plenamente as exigências e determinações da legislação portuguesa que é a aplicável e em especial a legislação bancária, sendo o foro de Lisboa competente para dirimir quaisquer questões relativas à presente garantia, com expressa renúncia a qualquer outro.

Finalmente, declaram os signatários da presente que o banco e estes estão regularmente autorizados a prestar garantia bancária desta natureza, consoante disposição do estatuto social do banco.

Local, Data

Assinaturas (*Reconhecidas na qualidade*).



Anexo 9 – Modelo de Seguro Caução

A companhia de seguros _____, com sede em _____ matriculada na Conservatória do Registo Comercial de _____, com o capital social de _____, presta a favor do Município de Lisboa, com sede na Praça do Município Lisboa, e ao abrigo de contrato de seguro-caução autónomo, irrevogável e à primeira solicitação, celebrado com _____ (*tomador do seguro*), no valor de 20.000,00 €, correspondente à caução prevista no programa do procedimento e caderno de encargos do acordo quadro designado “Concurso Público [*referência*] do Acordo Quadro para a Aquisição dos Serviços de Manutenção de Elementos de Água”, destinada a garantir o bom e integral cumprimento de todas e quaisquer obrigações emergentes do contrato celebrado na sequência daquele procedimento, que _____ (*empresa adjudicatária*) com sede em _____, pessoa coletiva n.º _____, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de _____ sob o n.º _____, com o capital social de _____, assumirá no contrato que com ela o Município de Lisboa, vai outorgar.

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos três dias úteis seguintes à primeira solicitação do Município de Lisboa, sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que _____ (*empresa adjudicatária*) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor ao Município de Lisboa, quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

O presente seguro-caução, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogado ou denunciado, mantendo-se em vigor até à receção definitiva do fornecimento nos termos do contrato e da legislação aplicável.

O presente seguro-caução rege-se pela legislação portuguesa, sendo o foro do Tribunal da Comarca de Lisboa o competente para dirimir quaisquer questões dele emergentes, com expressa renúncia a qualquer outro.

Local, Data

Assinaturas (*Reconhecidas na qualidade*)